

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Processo SAP nº 1000000052

Assunto: Participação na COP 29 - Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Interessados: APPA/DPR

Parecer Jurídico nº 151/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO. ART. 30, II DO RILC. REQUISITOS ATENDIDOS.

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de contratação de 04 vagas para participação na “COP 29 – Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima” evento que será realizado nos dias 11/11/2024 à 22/11/2024, na cidade de Baku, Azerbaijão, organizado pela “RTCC – Responding to Climate Change”, com inscrição no valor de GBP£ 10.000,00 (dez mil libras esterlinas) – equivalente a R\$ 64.495,00, conforme cotação do dia 10/05/2024 (manifestação GFIN em anexo).

2. O processo veio instruído com os seguintes documentos:

DOCUMENTO
CI nº 12/2024 DMA
Documentos RTCC – convite, apresentação, invoice etc
Termo de Referência

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Autorização Fase Interna DPR
Manifestação COLIC
Manifestação CSUPR
Manifestação GFIN
Manifestação CDESP
Declaração de Adequação Orçamentária

3. Para fins de registro, até o presente momento estes são os documentos apensados ao processo no sistema SAP, que serão utilizados para assistir a Administração no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Documento

Documento:1000000052

Parte:000

Versão:00

Marc.p/elimin.

LT documento




Hierarquia



















































Dds.documento

Descrições

Ligações de objetos

Originais



	Aplic.	D...	Nv	Usuário	Data/hora	Ctg.arquiva...	Á...	Nome do arquivo	Tam...
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		00C122024ParticipacaoeventodaONUCOP2	0,473
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		01 email COP 29 RTCC.pdf	0,204
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		01 email COP 29 RTCC - TRADUZIDO.pdf	0,271
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		01.1 RTCC COP29 Invitation letter APPA - TRDU	0,076
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		01.1 RTCC COP29 Invitation letter APPA.pdf	0,127
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		02 UN COP29 RTCC APPA.pdf	0,116
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		02 UN COP29 RTCC APPA - TRADUÇÃO.pdf	0,056
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		03 Xerox Scan_03042024140611.pdf	0,289
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		03 Xerox Scan_03042024140611 - TRADUZIDO	0,369
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		04 Gmail - Fwd_ WELCOME TO COP 29.pdf	0,152
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		04 Gmail - Fwd_ WELCOME TO COP 29TRADU	0,143
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		05 RTCC COP29 APPA 12.pdf	0,114
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		05 RTCC COP29 APPA 12 - TRADUZIDO.pdf	0,209
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		06 COP29 Editorial Guidelines.pdf	0,616
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		06 COP29 Editorial Guidelines TRADUZIDO.pdf	0,420
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	01910572900	09.05.2024 14:	DFS_FMPO		07TermodeReferencia - assinado.pdf	0,518
<input type="checkbox"/>	 PDF	FASE	AL	39774031920	09.05.2024 17:	ZDMS		PROCESSO SAP 1000000052 - FASE INTERNA	0,121
<input type="checkbox"/>	 PDF	TR EI	AL	67005748972	10.05.2024 17:	ZDMS		PROCEDIMENTO - PARTICIPAÇÃO EM EVENTC	0,194
<input type="checkbox"/>	 PDF	Desp	AL	02019165929	13.05.2024 08:	ZDMS		01 - Despacho 1000000052 - Participação APP	0,201
<input type="checkbox"/>	 PDF	Conv	AL	02019165929	13.05.2024 08:	ZDMS		02 - Conversão Moeda - GFIN.pdf	0,370
<input type="checkbox"/>	 PDF	Estat	AL	02019165929	13.05.2024 08:	ZDMS		03 - RTCC Documentação.pdf	0,614
<input type="checkbox"/>	 PDF	Demr	AL	02019165929	13.05.2024 08:	ZDMS		04 - Demonstrativo SAP.pdf	0,010
<input type="checkbox"/>	 PDF		AL	05296648951	21.05.2024 08:	ZDMS		Doc1.pdf	0,024
<input type="checkbox"/>	 PDF	Desp	AL	06475985902	22.05.2024 09:	ZDMS		Despacho - COP29 ONU Mudanças Climáticas,y	0,330
<input type="checkbox"/>	 PDF	DAO	AL	05296648951	23.05.2024 15:	ZDMS		073TRSAP1000000052DAOParticipacaoeventoc	0,263

4. Com a documentação acima relacionada, os autos vieram à DJU para análise.

II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

5. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

6. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

7. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

8. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

9. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

10. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

11. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

12. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

13. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

14. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

15. Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

III. DO MÉRITO**III.1 DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

16. Conforme exposto inicialmente, trata-se de intenção de contratação direta de 04 vagas para participação na “COP 29 – Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima”, que será realizada nos dias 11/11/2024 à 22/11/2024, na cidade de Baku, Azerbaijão, organizado pela “RTCC – Responding to Climate Change”, no valor de e GBP£ 10.000,00 (dez mil libras esterlinas) – equivalente a R\$ 64.495,00, conforme cotação do dia 10/05/2024 (manifestação GFIN em anexo).

17. Em que pese a contratação direta esteja expressamente prevista no RILC da APPA e na Lei nº 13.303/2016, a modalidade de inexigibilidade de licitação impõe a observância de diversos requisitos de ordem formal, em razão da rigidez imposta à Administração pelo legislador, notadamente porque foge à regra da licitação, que na maioria das vezes, é o meio contumaz a se garantir a melhor compra e a lisura deste procedimento.

18. Apesar disto, em algumas situações, não é factível realizar todas as etapas de um procedimento licitatório, pois não há como haver competição entre empresas.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

19. No âmbito da APPA, o RILC conceitua a inexigibilidade nos seguintes termos:

Inexigibilidade

Ocorre perante uma determinada circunstância que impede o caráter competitivo numa eventual disputa, tornando-se, assim, inexigível a licitação. As situações que ensejam a inexigibilidade de licitação não estão todas expressamente previstas em Lei, no entanto, pode a Autoridade Competente justificadamente deixar de realizar a licitação quando devidamente caracterizada a impossibilidade de se estabelecer a competição.

20. Quanto ao tema, dispõe o art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016 – o qual teve conteúdo reproduzido pelo RILC no art. 77 –, *in verbis*:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

21. É oportuno registrar que quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, que é uma exceção, deve-se ter como fundamento a ausência de possibilidade de competição entre os possíveis fornecedores de bens e serviços de que necessita o contratante. Logo, adotando-se esse procedimento, deverá ele ser sempre devidamente fundamentado, já que se estaria diante de uma exceção a um dos princípios que regem as contratações públicas.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

22. No caso em análise, o que se pretende é a condução de quatro empregados à COP 29 Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conforme especificações e elementos contidos no termo de referência, amoldando-se à hipótese legal descrita acima, eis que se trata de participação em evento organizado por instituição notoriamente especializada.

23. Nesse viés, a formatação de um evento como este depende de aspectos incomparáveis, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a qualificação dos palestrantes, entre outros.

24. Sobre a notoriedade do evento, confira-se o que disse a National Geographic Brasil¹ em matéria publicada sobre a COP28, que aconteceu em 2023:

A COP (sigla que significa Conference of the Parties, que em tradução livre para o português significaria Conferência das Partes) é uma convenção anual criada pela ONU em 21 de março de 1994 para prevenir por meio de ações as intervenções humanas perigosas ao sistema climático mundial.

Também chamada de Unfccc (Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas), a COP é um fórum multilateral de tomada de decisões sobre mudanças climáticas que conta com a participação de quase todos os países do mundo – sendo que na edição de 2023 se espera a presença de representantes dos 198 países membros. Assim, a COP é o local onde o mundo se reúne para chegar a um acordo sobre as formas de lidar com a crise climática, como limitar o aumento da temperatura global a 1,5 grau Celsius, ajudar as comunidades vulneráveis a se adaptarem aos efeitos das mudanças climáticas e atingir emissões líquidas zero até 2050, entre outras medidas assinadas no Acordo de Paris, em 2015.

25. No site oficial da COP² constam as seguintes informações (tradução nossa):

A COP é realizada anualmente, com a presidência rotativa entre as cinco regiões reconhecidas da ONU.

¹ <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2023/11/qual-e-a-origem-da-cop-uma-das-conferencias-mais-importantes-sobre-mudancas-climaticas>

² <https://cop29.az/en/pages/what-is-cop29>

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

Este ano, o Azerbaijão foi escolhido como Presidência da 29ª Conferência das Partes (COP29), a ser sediada em Baku em Novembro. O Azerbaijão tem um forte histórico de sediar eventos internacionais e escolheu o Estádio de Baku como sede da COP29.

Para implementar um processo transparente, imparcial e inclusivo, a Presidência da COP29 desenvolveu um plano baseado em dois pilares que se reforçam mutuamente para aumentar a ambição e permitir a ação.

O site da CQNUMC fornece mais detalhes explicando o que é a COP, o processo da COP, as questões em discussão e os esforços multilaterais já em andamento. Mais detalhes estão disponíveis no site da UNFCCC.

26. Nesse sentido, adicione-se os elementos expostos no termo de referência:**2. Justificativa**

2.1 A vigésima nona Conferência das Partes – COP 29, organizada pelas Nações Unidas – ONU, acontecerá na cidade de Baku- Azerbaijão. A qualificação e atualização dos servidores públicos da empresa Portos do Paraná, ligados diretamente aos processos pertinentes às áreas de meio ambiente, sustentabilidade, jurídica e operacional, bem como seus acordos, tratados e regras internacionais que os viabilizem, é de fundamental importância, tendo em vista que os mercados mundiais consumidores de prestação de serviços, incluindo logística e transporte marítimo, buscam cada vez mais os prestadores que estejam em consonância com os acordos e diretrizes internacionais estabelecidos, em especial àqueles que contribuem para a redução das mudanças climáticas.

2.2. Ao final da conferência espera-se que os participantes estejam aptos a conduzirem de forma satisfatória todas as iniciativas necessárias para o início de um planejamento junto às suas diretorias, que vá de encontro às tendências mundiais das práticas de sustentabilidade com as quais tiveram contato, que busquem mitigar e evitar as mudanças climáticas, trazendo para os Portos do Paraná, as intenções almejadas de boas práticas nessa área e consequentemente diferencial de atuação, destaque e performance em um mercado cada vez mais competitivo, de forma a obter os melhores e mais legítimos objetivos desta Empresa Pública.

2.3. Busca-se ainda que ao final desta participação, os funcionários e colaboradores da APPA, tenham conhecimento suficiente para adequarem seu trabalho as normas regidas pela Lei 13.303/16, RLC da APPA, e demais Leis vigentes, afetas ao Objeto.

3. Especificações Técnicas:

3.1. Objetivo: Oportunizar aos servidores e colaboradores da APPA o contato com casos de sucesso de atuação em ações de mitigação de mudanças climáticas, que estejam alinhadas aos acordos estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas - ONU. Ao final da convenção, espera-se que os participantes estejam aptos a elaborar os planejamentos necessários para implantar as diretrizes mundiais com as quais

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

tiveram contato e conhecimento, de forma a viabilizar a elaboração de futuros termos de referência, que transformem-se em contratos e condução de licitações para suas contratações de rotina, que possam adequar e padronizar os procedimentos internos dos Portos do Paraná, com vistas a alinhá-los à estas diretrizes.

3.2. **Carga horária:** Conferência completa com duração de 12 dias; sendo as horas de conferência assistidas, expositivas e expositivas dialogadas.

3.3. **Carga horária** estabelecido segundo contato com os organizadores, em aproximadamente 6 (seis) horas por dia de **Convenção**, nos mesmos moldes do estabelecido acima.

3.4. **Conteúdo:** Apresentação de casos, discussão, debates, perguntas e respostas, além de entrevistas com diversos atores, empresas e governos de todo o planeta, que tenham experiências de boas práticas que venham de encontro com as diretrizes internacionais da ONU, para minimizar os impactos das mudanças climáticas do planeta.

27. Em complemento, tem-se que será dada à APPA a possibilidade de exposição em dois painéis de até 15 minutos. Confira-se:

O evento contará com diversas palestras de 15 minutos que serão ministradas por inúmeros participantes de todo o globo, das quais teremos direito a apresentar também, em duas ocasiões distintas, nossa experiência e relação entre a atividade econômica que exercemos e as nossas ações socioambientais com a comunidade de nosso entorno portuário. Além disso, poderemos participar de sessão de perguntas e respostas após apresentarmos nossa expertise, daremos entrevistas ao canal de TV de mudanças climáticas da ONU e escreveremos um artigo para a revista oficial do evento. As principais

características da conferência podem ser verificadas abaixo, nos documentos que estamos recebendo como orientação para participação.

OBJETIVOS – Demonstrar ao mundo a expertise da Portos do Paraná no trato entre as questões ambientais, comunitárias, práticas abordadas atualmente nas discussões de ESG e o equilíbrio destas com a atividade econômica, buscando a sustentabilidade na execução de nossas tarefas, além de proporcionar aos participantes uma jornada de conhecimento sobre o que está sendo feito de ações dessa natureza, pelo restante do planeta, buscando um futuro sustentável comum à odisseia humana terrestre.

PÚBLICO – Representantes governamentais de todo o planeta, empresas públicas e privadas dos mais diversos setores econômicos.

28. Assim, diante de todas estas informações, vê-se que o objeto que se pretende contratar envolve elevado grau de especialidade e técnica em seu núcleo, aspectos que, pela subjetividade, são incomparáveis.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

29. Por outro lado, convém destacar que, em que pese seja prescindível a realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

30. Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar”.
(Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

31. Compulsando os processos das contratações em anos anteriores para o mesmo objeto (protocolos 17.983.058-2, 18.862.331-0 e 20.418.858-0) é possível constatar que a RTCC exige da APPA para a participação na COP29 o mesmo valor exigido para participação nos eventos anteriores - £ 10.000,00 (dez mil libras esterlinas) – dessa forma, a DJU entende que o preço resta suficientemente justificado.

32. Dessa forma, o entendimento desta DJU é que foram atendidos os requisitos para a contratação direta ora pretendida.

33. Por fim, quanto à redução a termo do contrato, entende-se dispensada, considerando que as informações prestadas no processo são suficientes para a formalização da relação de obrigação entre as partes. Ademais, é prática mercadológica – nos casos de eventos, congressos, palestras, cursos etc – que o vínculo jurídico se dê por outros instrumentos, que não especificamente um contrato nos moldes daqueles usualmente firmados com a Administração.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

34. Nesse sentido, leciona Marçal Justen Filho que “a existência de um contrato administrativo não depende da forma adotada para sua formalização. Existe contrato administrativo mesmo quando documentado via da assinatura de uma nota de empenho”³.

35. Por esse ângulo, tem-se que os documentos juntados ao processo sob análise – termo de referência, convite para participação no evento, *invoice* (fatura) – evidenciam a credibilidade do vínculo.

36. Por estas razões, entende-se que poderá ser dispensada a formalização de instrumento contratual.

III.2 APROVAÇÃO PELO CONSAD. DESNECESSIDADE.

37. Devidamente analisado o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para a contratação em tela, torna-se possível ao gestor avaliar a conveniência e oportunidade da contratação.

38. Caso conclua por dar andamento à contratação pretendida, é preciso que o Diretor Presidente avalie a necessidade de envio do presente protocolado para apreciação do Conselho de Administração da APPA – CONSAD.

39. No que se refere ao valor de alçada, conforme consta da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

O Conselho de Controle das Empresas Estatais – CCEE, editou Deliberação Normativa nº. 003/2019, que prescreve os seguintes percentuais e atribuições: “... Art. 6º -A competência para deliberar sobre a celebração de quaisquer negócios jurídicos, incluindo aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos -- 17. ed. rev.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 1156.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

financiamentos, a assunção de obrigações em geral e a associação com outras pessoas jurídicas, deverá ser atribuída: IV – Ao Conselho de Administração, quando o valor envolvido for superior a 2% do Capital Social integralizado da Companhia. Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos.

40. No presente caso, considerando que o valor da contratação é de GBP£ 10.000,00 (dez mil libras esterlinas), equivalente a R\$ 64.495,00, conforme cotação do dia 10/05/2024, não é necessária a aprovação pelo CONSAD.

IV. CONCLUSÃO

41. Ante o exposto, conclui-se que o procedimento está apto a subsidiar a decisão da Diretoria Colegiada acerca da contratação por inexigibilidade de licitação, enquadrando o serviço a ser prestado como “técnico especializado, com profissionais ou empresa de notória especialização”, notadamente de “treinamento e aperfeiçoamento de pessoal” (art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei nº 13.303/2016), não sendo necessária a aprovação da contratação pelo CONSAD, eis que o valor da contratação é de GBP£ 10.000,00 (dez mil libras esterlinas) – equivalente a R\$ 64.495,00, conforme cotação do dia 10/05/2024.

42. Assim, encaminhamos o presente para análise e aprovação, sob o comando do Sr. Diretor Presidente.

Paranaguá, datado e assinado eletronicamente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

STEPHANIE AVILA FONSECA DIAS

ANALISTA PORTUÁRIA - ADVOGADA

RODRIGO DI PIERO MENDES

PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO

COMUNICAÇÃO INTERNA 3664/2024.

Documento: **PARECERINEXIGIBILIDADECOP29ONUSAP1000000052.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 23/05/2024 15:25, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 23/05/2024 16:50.

Inserido ao documento **837.370** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 23/05/2024 15:25.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ca6fd81b4508cbc1a8c347e404080e8.